



## Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

### TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

#### OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, visando **CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE CEMEI SÃO JUDAS TADEU NA COMUNIDADE DE RETIRO, ZONA RURAL DE SANTA LEOPOLDINA/ES**, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Santa Leopoldina, através da liberação de recursos Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil no Espírito Santo (**FUNPAES**), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, visando à construção do CEMEI SÃO JUDAS TADEU.	Unidade	1	R\$ 1.585.470,90

1.2. O objeto desta contratação caracteriza-se como **obra comum de engenharia**, uma vez que consiste na construção de edificação destinada ao funcionamento de unidade de ensino infantil (CEMEI), utilizando métodos construtivos usuais da engenharia civil, com especificações técnicas padronizadas, materiais amplamente disponíveis no mercado e execução baseada em projetos e memoriais descritivos previamente definidos. A execução dos serviços não envolve soluções técnicas inovadoras ou de elevada complexidade, sendo plenamente executável por empresas do ramo da construção civil devidamente qualificadas.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios (DOM), nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de execução da contratação será de **08 (oito) meses**, contados a partir da emissão da Autorização de Fornecimento/Execução (AF), devendo a execução dos serviços obedecer ao cronograma físico-financeiro apresentado pela empresa vencedora do certame e aprovado pela Administração, observadas as demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. A presente contratação observará critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, em conformidade com a legislação aplicável e com as soluções efetivamente previstas nos documentos técnicos da obra.

Nesse contexto, registra-se que o projeto contempla a implantação de **sistema fotovoltaico**, devidamente previsto no projeto, nas especificações técnicas e na planilha orçamentária, com a finalidade de promover maior eficiência energética à edificação, reduzir o consumo de energia elétrica da unidade e contribuir para a diminuição dos impactos ambientais decorrentes de sua operação.

Além da solução prevista no item anterior, a execução contratual deverá observar, no que couber, as seguintes diretrizes de sustentabilidade:

- uso racional de materiais, insumos, água e energia durante a execução da obra;
- adoção de práticas destinadas à redução de desperdícios de materiais;
- adequada separação, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação e normas aplicáveis;
- adoção de medidas para mitigação de impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, inclusive quanto à emissão de poeira, ruídos e demais interferências no entorno da obra;
- observância das normas ambientais, urbanísticas, de segurança do trabalho e demais exigências pertinentes à execução do objeto.

A Contratada deverá executar os serviços em estrita observância aos projetos, memoriais, planilha orçamentária, especificações técnicas e demais documentos que integram a contratação, inclusive no que se refere à implantação do sistema fotovoltaico previsto para a edificação.

Ressalta-se que os critérios de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência guardam compatibilidade com o porte da obra, com a solução técnica adotada e com os elementos efetivamente contemplados no projeto e na planilha orçamentária.

#### **Subcontratação**

4.2. Será admitida a subcontratação parcial de serviços acessórios, complementares ou especializados, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pela Administração e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da contratada principal.

4.3. É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como das parcelas de maior relevância técnica e econômica da contratação.

4.4. Para fins desta contratação, consideram-se parcelas de maior relevância técnica e econômica:

- 4.4.1. Revestimentos, correspondentes a 22,83% do valor global da obra;
- 4.4.2. Alvenaria de vedação e muro, correspondentes a 20,53% do valor global da obra;



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

4.4.3. Superestrutura, correspondente a 12,72% do valor global da obra;

4.4.4. Fundações, correspondentes a 10,94% do valor global da obra.

4.5. A eventual subcontratação não transfere à subcontratada a responsabilidade contratual perante a Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços, pela observância das normas de segurança, pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como pelo cumprimento dos prazos contratuais.

4.6. Na hipótese de subcontratação, a subcontratada deverá comprovar sua aptidão técnica para a execução dos serviços que lhe forem atribuídos, mediante apresentação da documentação técnica pertinente, inclusive acervo técnico, quando cabível, compatível com os itens a serem executados.

### **Garantia da contratação**

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual 5% e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8. No caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **Vistoria**

4.11. A visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução da obra é facultada ao licitante e, quando realizada, deverá ser por representante indicado expressamente pela empresa, com o acompanhamento de servidor público designado para essa finalidade.

4.12. O agendamento das visitas deve ser realizado com o Gestor da pasta, através do telefone (27) 3940-0012, das 7:00 às 16:00 horas ou através do e-mail [obras@santaleopoldina.es.gov.br](mailto:obras@santaleopoldina.es.gov.br) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data pretendida para a visita.

4.13. Realizada ou não a visita técnica, o licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra.

4.14. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **Consórcio**

4.15. **É vedada a participação de empresas em consórcio**, tendo em vista que o objeto da contratação consiste em obra comum de engenharia, referente à construção da nova sede do CEMEI São Judas Tadeu, na comunidade de Retiro, Santa Leopoldina/ES, com características técnicas usuais e amplamente executadas no mercado, não demandando complexidade extraordinária, tecnologia específica ou capacidade econômico-financeira excepcional que justifique a união de empresas para sua execução.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias da emissão da Ordem de Serviço;
- 5.1.2. Neste período a contratada iniciará a elaboração do planejamento detalhado das obras e mobilização dos serviços. A contratada deverá apresentar o detalhamento dos marcos contratuais, respeitando os percentuais para cada etapa da obra estabelecidos na planilha de preços de referência.
- 5.1.3. Os marcos contratuais deverão ser aprovados pela fiscalização, observando os percentuais estabelecidos no cronograma financeiro. No caso de marcos intermediários, eles deverão ser propostos demonstrando a equivalência de execução física e financeira, de modo que não ocorram adiantamentos.
- 5.1.4. A execução será feita na forma do cronograma aprovado pela fiscalização, devendo ser respeitado o prazo máximo de execução de 08 meses.
- 5.1.5. Mensalmente a contratada deverá apresentar relatório de andamento das obras, informando minimamente os marcos em execução, os marcos concluídos, marcos em atraso e marcos a serem iniciados no próximo período. Além disso deverá apresentar eventuais impedimentos a execução de etapas, justificativas de atraso acompanhadas de plano de recuperação, e previsão de desembolso financeiro para os próximos 3 meses.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. A obra será realizada na comunidade do Retiro, Zona Rural do município de Santa Leopoldina. Os serviços serão prestados no seguinte horário administrativo, das 07:00 às 17:00 horas. Considerando a obra estar localizada em área com baixa densidade populacional, a contratada poderá programar atividades fora do horário administrativo, respeitando-se as legislações vigentes aplicáveis, como por exemplo ministério do trabalho e do município de Santa Leopoldina.

#### **Fase de execução da obra**

- 5.3. Para a execução da obra, serão necessários serviços diversos de engenharia civil, abrangendo, dentre outros, serviços preliminares, infraestrutura, superestrutura, alvenaria, cobertura, revestimentos, esquadrias, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, sistema fotovoltaico, pintura, urbanização e demais serviços correlatos, conforme subitens definidos na planilha orçamentária anexa.
- 5.4. Todas as informações inerentes aos serviços encontram-se dispostas na documentação técnica inserida no processo e serão disponibilizadas aos licitantes para subsidiar a elaboração das propostas. Essa documentação é composta, dentre outros elementos, por projetos de engenharia, memorial descritivo, planilha orçamentária com quantitativos e preços referenciais, cronograma físico-financeiro e especificações técnicas.
- 5.5. A descrição sucinta das atividades relacionadas à execução da obra encontra-se apresentada nos documentos técnicos que integram a presente contratação, devendo os serviços ser executados em estrita observância aos projetos, especificações, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro aprovados.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

### **A – INSTALAÇÃO DE CANTEIRO, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:**

Para instalação de canteiros de obra, deve-se inicialmente definir a sua localização, de maneira que se estabeleça uma logística eficaz para as instalações provisórias, instalações de segurança, sistema de movimentação, içamento de peças e armazenamento de materiais.

O planejamento do *layout* envolve a definição do arranjo físico de trabalhadores, materiais, equipamentos, áreas de trabalho e de estocagem.

Para a execução das instalações provisórias, deve-se realizar a análise e o aproveitamento do relevo natural do terreno, de modo a minimizar os impactos resultantes da instalação. Essa escolha irá repercutir na fase de desmobilização e desativação do canteiro de obras, minimizando ações de recuperação de áreas degradadas.

Para a efetiva implantação de canteiros de obras, a documentação legal referente ao uso e ocupação da área escolhida deverá estar vigente e permanentemente na área do canteiro de obras, para possíveis fiscalizações futuras.

A empresa contratada deverá instalar e manter, sem ônus para a administração, em cada canteiro de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da administração.

O dimensionamento das equipes e quantidades de equipamentos é de responsabilidade da Contratada, o qual deve adotar números compatíveis para atendimento ao cronograma da obra e execução dos serviços dentro das boas técnicas de Engenharia e especificações técnicas e de projeto. Deve considerar, portanto, a produtividade de suas equipes próprias para que o cronograma estabelecido seja plenamente atendido.

Os setores técnicos, administrativos, financeiros e de coordenação dos trabalhos deverão estar envolvidos desde o início da obra. Assim sendo, na instalação do canteiro de obras deverão ser consideradas estruturas compatíveis para o trabalho de todos os profissionais desses setores, seguindo as recomendações da NR 18 - Segurança no Trabalho na Construção Civil, e demais normas aplicáveis.

O canteiro de obras deverá ser construído junto ao empreendimento de forma a dar o apoio necessário aos serviços e que seja dotado de instalações em contêineres cercados com tapume.

Deverão estar previstos no canteiro de obras a instalação da administração, seção técnica, pátio de máquinas, refeitório, instalações sanitárias e vigilância, instalações industriais, dentre outros cabíveis.

Ressalta-se que a melhor forma de se promover a instalação do canteiro cabe exclusivamente à empreiteira, além das Licenças ambientais e/ou autorizações a que as instalações e canteiros estão sujeitas pela legislação pertinente.

Deverão permanecer no local das instalações e/ou escritórios, com fácil acesso à fiscalização da administração, e de outros órgãos de controle interno ou externo, as licenças ambientais e/ou autorizações a que as instalações, funcionários e a obra estão sujeitas pela legislação vigente.

O canteiro de obras é uma obrigação com finalidade de meio para execução das obras e serviços.

### **B – FUNDAÇÕES:**

Para a execução das fundações, a empresa contratada deverá observar rigorosamente o projeto estrutural e o memorial descritivo, competindo-lhe a integral responsabilidade pela locação, escavação, níveis, dimensões, alinhamentos, prumos e estabilidade dos elementos executados. As escavações necessárias à implantação das fundações deverão ser realizadas nas cotas e dimensões previstas em projeto, cabendo à



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

executora verificar previamente, em conjunto com a fiscalização, as referências de nível e a correta locação dos elementos estruturais.

A solução de fundação adotada para a obra é do tipo **fundação direta**, devendo as tensões ser transmitidas às camadas superficiais inferiores do solo, conforme previsto em projeto. Antes do início da execução, a profundidade de assentamento das fundações deverá ser verificada no local e aprovada pela fiscalização. O fundo das cavas deverá estar isento de pedras soltas, detritos orgânicos, raízes, formigueiros ou quaisquer elementos estranhos que possam comprometer o desempenho da fundação, devendo ainda ser abundantemente molhado e posteriormente apiloado, de modo a garantir condições adequadas para a execução. Também deverá ser dada especial atenção ao correto posicionamento dos arranques dos pilares, bem como ao seu prumo.

Os materiais empregados nas fundações deverão atender às normas brasileiras aplicáveis e às exigências constantes do memorial descritivo. As barras de aço deverão estar em perfeitas condições de uso, sem defeitos prejudiciais, e os agregados minerais deverão apresentar características adequadas quanto à granulometria, pureza e resistência. A água utilizada no preparo do concreto deverá ser limpa e isenta de substâncias nocivas, e o cimento deverá atender às especificações da ABNT, sendo exigido consumo mínimo de **300 kg/m<sup>3</sup>** para qualquer concreto estrutural.

Toda a execução das fundações em concreto armado deverá obedecer ao projeto estrutural, com utilização de concreto de resistência característica mínima de **30 MPa**. O lançamento do concreto deverá ocorrer com o uso obrigatório de vibrador, devendo a contratada manter no local, durante a concretagem, dois vibradores, sendo um de reserva. O recobrimento mínimo das armaduras deverá obedecer ao previsto no memorial e no projeto estrutural, com utilização obrigatória de espaçadores adequados. Qualquer alteração necessária durante a fase executiva deverá ser previamente comunicada ao autor do projeto e à fiscalização, com registro das ocorrências, recomendações e soluções adotadas no diário de obra, devidamente assinado pelo responsável técnico.

Após a execução das vigas baldrame, suas faces superiores e laterais deverão receber impermeabilização com material betuminoso, conforme especificado no memorial descritivo, não sendo admitido o assentamento da alvenaria sem a prévia execução dessa etapa. Tal medida é obrigatória para garantir o adequado desempenho da edificação e a proteção dos elementos construtivos contra a umidade ascendente.

A execução das fundações implicará responsabilidade integral da contratada quanto à resistência, estabilidade e conformidade dos serviços executados, devendo ser observadas, em todas as etapas, as normas técnicas da ABNT, o projeto estrutural, o memorial descritivo e as determinações da fiscalização.

### **C – SUPERESTRUTURA**

Para a execução da superestrutura, a contratada deverá observar rigorosamente o projeto estrutural, a respectiva memória de cálculo, o memorial descritivo e as normas técnicas aplicáveis, competindo-lhe integral responsabilidade pela resistência, estabilidade, alinhamento, prumo, nível e perfeita execução dos elementos estruturais em concreto armado. A leitura e interpretação dos projetos deverão sempre considerar sua compatibilização com o projeto arquitetônico e demais disciplinas, cabendo à contratada examinar previamente os documentos técnicos e submeter à fiscalização, por escrito, qualquer observação ou divergência eventualmente identificada, antes do início dos serviços.

Os materiais empregados na execução da superestrutura deverão atender integralmente às especificações constantes do memorial. As barras de aço deverão obedecer às normas aplicáveis, não podendo apresentar excesso de ferrugem, manchas de óleo, argamassa aderente ou quaisquer substâncias que prejudiquem sua aderência ao concreto, devendo sua utilização ser previamente avaliada pela fiscalização quando



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

houver qualquer irregularidade. O aço empregado deverá ser dos tipos **CA-50** e **CA-60**, conforme especificado.

Os aglomerantes, agregados e demais componentes do concreto deverão ser de boa procedência e atender às normas da ABNT. O cimento deverá ser de fabricação recente, com embalagem e rotulagem intactas, e os agregados deverão ser isentos de impurezas prejudiciais, com características adequadas à dosagem adotada. O concreto estrutural será, preferencialmente, usinado, ficando sua dosagem sob responsabilidade da concreteira, devendo esta apresentar guias, notas fiscais, identificação da resistência mínima de **30 MPa**, abatimento do tronco de cone e laudos de resistência com idades usuais de ensaio, além da retirada de corpos de prova para controle tecnológico em laboratório especializado. Não será permitido preparo manual de concreto ou argamassa.

A execução da concretagem somente poderá ser iniciada após expressa liberação da fiscalização, que deverá previamente verificar a conformidade das formas, armaduras, peças embutidas, canalizações e superfícies das juntas de concretagem. Não será admitido o lançamento de concreto em queda livre superior a dois metros, devendo ser utilizadas calhas apropriadas quando necessário. O concreto deverá ser aplicado em lances contínuos, com espessura aproximada de 30 cm, sempre lançado o mais próximo possível de sua posição definitiva, evitando-se seu transporte no interior das formas por meio de vibradores ou outros meios inadequados.

O adensamento do concreto deverá ser realizado com vibradores de imersão dotados de energia suficiente para promover a adequada compactação da massa, de forma que o concreto preencha todos os recantos da fôrma. A cura deverá ser iniciada logo após a pega, mantendo-se permanentemente úmidas as superfícies do concreto e, quando aplicável, as formas de madeira, com água de qualidade equivalente à utilizada no preparo do concreto, pelo prazo mínimo de 7 (sete) dias quando empregado cimento Portland comum.

As formas e escoramentos deverão ser executados de maneira a assegurar estanqueidade, estabilidade, alinhamento e acabamento adequado das peças estruturais. O memorial admite o uso de tábuas de madeira com espessura de 2,5 cm ou madeira compensada, devendo a posição das formas ser objeto de verificação rigorosa e permanente, especialmente durante o lançamento do concreto. As aberturas para lançamento e vibração deverão ser convenientemente previstas e fechadas após a concretagem, garantindo a continuidade do perfil das peças. Também deverão ser observadas as exigências relativas à estanqueidade das juntas, uso de esticadores, tubos separadores, tensores e demais elementos previstos para correta montagem das formas.

A desforma deverá obedecer aos prazos e condições indicados no memorial e na NBR 6118, devendo a contratada apresentar plano de desforma para aprovação da fiscalização. Após a retirada das formas, as superfícies concretadas deverão ser inspecionadas para verificação de falhas de concretagem, ninhos de abelha, rugosidades, trincas, fissuras ou outras imperfeições. Eventuais reparos correrão por conta exclusiva da contratada, mediante remoção do concreto defeituoso e recomposição com argamassa adequada, sob supervisão da fiscalização.

As armaduras deverão ser montadas com observância dos recobrimentos mínimos previstos no memorial e nas normas aplicáveis, utilizando-se afastadores adequados para garantir o cobrimento. As barras deverão permanecer limpas, protegidas contra oxidação excessiva, e a disposição das armaduras deverá prever espaços adequados para a introdução do vibrador. Quando houver necessidade de colagem de ferragens, os furos deverão ser rigorosamente limpos, utilizando-se os produtos especificados no memorial.

A execução da superestrutura implicará responsabilidade integral da contratada quanto à estabilidade, segurança e conformidade da estrutura executada, devendo todos os serviços observar estritamente o projeto estrutural, o memorial descritivo, as normas técnicas da ABNT e as determinações da fiscalização.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

### **D - INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS**

Para a execução das instalações hidrossanitárias, a contratada deverá observar rigorosamente os projetos específicos, o memorial descritivo e as normas técnicas aplicáveis, competindo-lhe a integral responsabilidade pela correta implantação das redes, conexões, declividades, pontos de utilização, dispositivos de inspeção e demais elementos necessários ao perfeito funcionamento do sistema. As instalações deverão ser executadas em conformidade com as exigências das normas da ABNT indicadas no memorial, especialmente aquelas relativas a água fria, esgoto sanitário e tubos e conexões em PVC.

No sistema de água fria, o projeto adota distribuição indireta alimentada por gravidade a partir de reservatórios elevados localizados na cobertura da edificação. A distribuição deverá ser executada em tubulação de PVC rígido soldável marrom, com ponta e bolsa, derivando do barrilete de consumo existente e seguindo até os pontos de utilização indicados em projeto. Os tubos e conexões deverão ser em PVC rígido soldável, de fabricação "TIGRE" ou similar, observando-se os diâmetros e demais especificações constantes dos documentos técnicos. Nos pontos de utilização, deverão ser empregadas conexões do tipo soldável/roscável com bucha de latão.

Quanto às instalações de esgoto sanitário, deverão ser observadas as disposições da NBR 8160 e as condições definidas em projeto para escoamento e ventilação. As tubulações com diâmetro igual ou superior a 100 mm deverão ter inclinação de 1%, enquanto as tubulações com diâmetro igual ou inferior a 75 mm deverão ter inclinação de 2%. Os diâmetros mínimos dos ramais de descarga deverão seguir os parâmetros indicados no memorial descritivo para cada aparelho sanitário.

Durante a execução, a contratada deverá adotar as precauções necessárias nas passagens de tubulações por paredes e pisos, utilizando camisas ou outro meio eficaz que permita a movimentação da tubulação. Também deverá evitar, sempre que possível, a passagem de tubulações de esgoto em paredes, rebaixos e forros falsos de ambientes de longa permanência, e, quando isso não for possível, deverão ser adotadas medidas para atenuação de ruídos. Além disso, deverão ser instalados dispositivos de inspeção nas mudanças de direção e nas junções dos tubos que passam pelo teto, conforme previsto no memorial.

A contratada será integralmente responsável pela execução das instalações hidrossanitárias em conformidade com os projetos, memorial descritivo, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização, devendo garantir o perfeito funcionamento, estanqueidade, acessibilidade para inspeção e manutenção, e a adequada entrega dos sistemas executados.

### **E – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

Para a execução das instalações elétricas, a contratada deverá observar rigorosamente o projeto elétrico, o memorial descritivo, as especificações técnicas e as normas aplicáveis, competindo-lhe a integral responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, pelo correto dimensionamento e instalação dos componentes, bem como pelo adequado funcionamento de todo o sistema ao final da obra. O memorial estabelece que o projeto foi desenvolvido com base, principalmente, na **NBR 5410**, além de outras normas complementares da ABNT e da **NR 10**, devendo todas ser observadas durante a execução.

Toda e qualquer alteração no projeto durante a execução da obra deverá ser previamente submetida ao engenheiro projetista e somente poderá ser executada após sua autorização, permanecendo sob responsabilidade da empresa executora a elaboração do projeto "**as built**" ao final dos serviços.

Os quadros de distribuição deverão ser executados conforme indicado no projeto, com barramento principal trifásico, estrutura em aço, barramentos para fase, neutro e terra, espaço para instalação de disjuntores tipo DIN, terminal de aterramento e identificação interna e externa dos circuitos. Os quadros deverão ser instalados em conformidade com o projeto elétrico, observando nível, prumo, alinhamento e altura compatível com a operação e inspeção, devendo ainda ser interligados à barra de terra.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

Os condutores deverão ser de cobre eletrolítico, com pureza igual ou superior a 99,99%, dotados de isolamento não propagadora de chamas, devendo ser utilizados cabos não halogenados, com isolamento em poliolefina, tanto para 450/750 V quanto para 0,6/1 kV nas instalações internas. Sua instalação deverá ocorrer de forma a evitar esforços mecânicos incompatíveis, sendo obrigatória a execução das emendas e derivações apenas em caixas de passagem, com conectores apropriados e isolamento equivalente ao dos condutores. Antes da enfição, os eletrodutos deverão estar limpos e secos, sendo vedadas emendas no interior dos eletrodutos

As tomadas e interruptores deverão obedecer às especificações constantes do memorial e do projeto, sendo as tomadas do tipo 10A, 250V, 2P+T, admitindo-se tomadas específicas de 20A, 250V, 2P+T, e os interruptores do tipo leve-toc, 10A/250V. A instalação desses elementos deverá respeitar os posicionamentos indicados em projeto, devendo a fixação ser realizada nas caixas apropriadas e a colocação das placas ocorrer somente após a conclusão dos serviços de revestimento e pintura.

Os eletrodutos deverão ser dos tipos e diâmetros especificados em projeto, podendo ser utilizados eletrodutos de PVC flexível nas aplicações indicadas, observando-se rigorosamente o dimensionamento adotado. O memorial determina que a taxa máxima de ocupação dos eletrodutos não exceda **40%**, que todos os dutos sejam limpos e secos antes da passagem dos cabos e que os eletrodutos não utilizados sejam providos de arame-guia. Nas peças estruturais, os dutos deverão ser instalados de forma a não suportar esforços não previstos, e, nos trechos subterrâneos, deverá ser observada declividade mínima entre caixas de inspeção para assegurar a drenagem.

Os disjuntores deverão ser instalados no interior dos quadros de distribuição, obedecendo às características de tensão, corrente, frequência e capacidade de interrupção previstas no projeto. Sua montagem deverá compreender a fixação mecânica em trilho adequado e posterior ligação elétrica, observando-se integralmente as especificações técnicas e normas aplicáveis.

As luminárias deverão ser de primeira linha, respeitando as indicações do projeto, e sua instalação deverá seguir as orientações do fabricante e os preceitos técnicos do memorial, abrangendo locação, fixação, ligação elétrica, instalação das lâmpadas e testes de funcionamento.

As caixas de passagem deverão ser executadas nos pontos de entrada, saída, emenda ou derivação de condutores, conforme indicado em projeto, podendo ser em aço galvanizado, plástico, alvenaria, piso ou enterradas no solo, conforme cada situação. Deverão ser firmemente fixadas, niveladas, aprumadas e dotadas de tampas apropriadas, sendo obrigatória a observância dos detalhes constantes do projeto e a comunicação prévia à fiscalização de qualquer modificação que se faça necessária.

A contratada será integralmente responsável pela execução das instalações elétricas em conformidade com o projeto, memorial descritivo, normas técnicas e determinações da fiscalização, devendo garantir, ao final, a segurança, funcionalidade, continuidade elétrica e perfeito funcionamento de todos os sistemas implantados.

### **F - CABEAMENTO ESTRUTURADO / SISTEMA DE CFTV**

Para a execução do sistema de cabeamento estruturado e do sistema de circuito fechado de televisão – CFTV, a contratada deverá observar rigorosamente o projeto específico, o memorial descritivo, as especificações técnicas e as normas aplicáveis, competindo-lhe a integral responsabilidade pela correta implantação da infraestrutura, instalação dos equipamentos, organização dos cabos, identificação dos pontos e perfeito funcionamento do sistema ao final da obra. O projeto foi desenvolvido para atender ao sistema de segurança eletrônica da edificação, contemplando a infraestrutura e os dispositivos necessários ao monitoramento das áreas previstas.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

O sistema de CFTV deverá ser executado com fornecimento e instalação de câmeras com tecnologia IP e gravador de imagem em rede, de forma a permitir o monitoramento das áreas internas e externas da instituição, inclusive corredores e estacionamento, conforme previsto no projeto. O posicionamento das câmeras deverá seguir rigorosamente a locação indicada nas plantas, de modo a assegurar a cobertura necessária das áreas de circulação, conforme os critérios definidos no memorial.

O cabeamento do sistema deverá ser executado com cabo UTP categoria 6, não blindado, composto por 4 pares trançados, com condutores de cobre rígido, capa externa em material não propagante à chama e cor azul para os cabos de dados. O memorial estabelece que não será admitido comprimento superior a 90 metros entre o ponto terminal e o rack de destino, bem como não serão permitidas emendas nos cabos de rede. Os cabos deverão ser instalados no interior dos eletrodutos e eletrocalhas previamente executados e conectados aos pontos dos sistemas conforme indicação em projeto.

A infraestrutura do sistema deverá ser composta por eletrocalhas em aço galvanizado, lisas ou perfuradas, com seção de 50 x 50 mm, e por eletrodutos em aço galvanizado classe leve, DN 32 mm (1"), observando-se rigorosamente os lançamentos e detalhes construtivos definidos em projeto. As eletrocalhas deverão ser fixadas, no mínimo, a cada 1,50 m e a cada mudança de direção, admitindo-se fixação por mão francesa junto às paredes ou por fixação superior mediante tirantes, conforme a condição de cada local. As conexões deverão ser pré-fabricadas, não sendo admitida sua fabricação improvisada em obra. Os cortes e furações executados em campo deverão receber proteção adequada contra corrosão.

Os eletrodutos destinados ao encaminhamento dos cabos eletrônicos deverão ser executados com os elementos adequados, inclusive nas derivações a partir das eletrocalhas e nos pontos de descida para as paredes, não sendo admitidos improvisos durante a execução. Sua fixação também deverá ocorrer a cada 1,50 m, observando-se os detalhes construtivos previstos no memorial.

As câmeras deverão ser do tipo IPTV/Bullet, com as características técnicas mínimas constantes do memorial, incluindo resolução de 2 MP, alcance de infravermelho, interface RJ45, suporte aos protocolos indicados e grau de proteção compatível com o uso interno ou externo. A fixação das câmeras deverá ser realizada em eletroduto e condutele metálico, conforme o detalhe construtivo previsto, cabendo à contratada, após a instalação, proceder ao correto posicionamento dos equipamentos conforme orientação da fiscalização.

O sistema deverá contar com rack de telecomunicações padrão 19" – 10U, destinado ao abrigo dos equipamentos ativos de rede, incluindo estrutura em aço, fechamentos removíveis, porta frontal, sistema de ventilação, kit de aterramento, bandejas, guias de cabos, grampos de organização, parafusos e demais acessórios necessários à montagem completa. No rack deverão ser instalados também o patch panel de 24 portas categoria 6, a régua com 6 tomadas 3P+T, a unidade de ventilação, o guia de cabos, o switch de 24 portas com tecnologia PoE e o NVR de 24 canais, todos conforme as características mínimas estabelecidas no memorial e no projeto.

A contratada deverá providenciar a identificação dos cabos tanto nos pontos de consumo quanto no rack, de forma a garantir a correta ligação dos sistemas. Também deverão ser utilizadas abraçadeiras de velcro para agrupamento e organização dos cabos ao longo da infraestrutura, nas eletrocalhas, calhas, racks e demais trechos do sistema.

Todas as peças, equipamentos e acessórios deverão ser instalados alinhados, nivelados, fixados com perfeição e com adequado acabamento visual. Ao término dos serviços, todas as instalações deverão ser devidamente testadas, de forma a garantir seu pleno funcionamento. O memorial também estabelece que não poderão ser aproveitados cabos, conectores ou terminais de lógica e telefonia existentes.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

Os serviços de instalação do cabeamento estruturado deverão ser executados por empresa especializada registrada no CREA, com responsável técnico habilitado e acervo técnico compatível, na forma indicada no memorial. Ao final da execução, será obrigatória a certificação da rede lógica, mediante utilização de equipamento apropriado para redes categoria 6, devendo a contratada apresentar os respectivos relatórios de certificação da rede secundária, abrangendo o cabeamento que interliga os pontos ao armário de telecomunicações.

### **G - SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO**

Para a execução do sistema de prevenção e combate a incêndio, a contratada deverá observar rigorosamente o projeto específico, o memorial descritivo, as normas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo – CBMES, as normas da ABNT aplicáveis e as demais exigências legais pertinentes, competindo-lhe a integral responsabilidade pela correta implantação das medidas de segurança previstas e pelo perfeito funcionamento dos sistemas ao final da obra.

As saídas de emergência deverão ser executadas em conformidade com os critérios estabelecidos no memorial, especialmente quanto às larguras mínimas, sentido de abertura das portas, materiais admitidos, corrimãos, guardas, pisos antiderrapantes, escadas, patamares e demais condições gerais de circulação e abandono seguro da edificação. As portas das rotas de saída e aquelas das salas com capacidade superior a 50 pessoas deverão abrir no sentido do fluxo de saída, sendo vedado o uso de peças plásticas em fechaduras, maçanetas, dobradiças e outros componentes das portas das rotas de fuga. Quando houver portas corta-fogo, estas deverão obedecer às exigências específicas de ferragens, identificação e fechamento automático, conforme estabelecido no memorial.

As escadas e demais elementos de circulação de emergência deverão atender às exigências do memorial quanto à constituição estrutural, materiais de acabamento, guarda-corpos, corrimãos, pisos antiderrapantes, dimensões dos degraus, patamares e caixas de escada. As guardas e corrimãos deverão ser executados conforme os parâmetros previstos, inclusive quanto às alturas mínimas, dimensões das aberturas, segurança dos materiais empregados e condições de uso.

O sistema de proteção por extintores de incêndio deverá ser implantado conforme indicado em projeto e no memorial, sendo prevista a utilização de extintores com agente pó ABC, com capacidade mínima 2A-20B:C, em quantidade de 03 unidades, conforme localização definida em planta. A instalação dos extintores deverá obedecer aos requisitos de visibilidade, acesso desobstruído, adequação ao risco protegido, posicionamento junto aos acessos e demais critérios constantes do memorial. Os extintores deverão ser fixados em paredes, colunas ou divisórias, ou apoiados em suportes adequados, respeitando as alturas e distâncias máximas estabelecidas.

As manutenções e recargas dos extintores deverão ser realizadas por empresas cadastradas junto ao Corpo de Bombeiros Militar e devidamente habilitadas e registradas no INMETRO, sendo exigidos, por ocasião das vistorias, o relatório de inspeção e a nota fiscal dos serviços executados.

O sistema de iluminação de emergência deverá ser projetado, instalado e mantido em conformidade com a ABNT NBR 10898 e com a NT 13, observando-se os níveis mínimos de iluminância indicados no memorial, a autonomia mínima de funcionamento e os critérios de fixação e distribuição das luminárias. A iluminação de emergência deverá assinalar adequadamente rotas de fuga, mudanças de direção, obstáculos, saídas e escadas, não podendo ser obstruída por elementos construtivos ou decorativos.

O sistema de sinalização de emergência deverá ser implantado em conformidade com a NT 14, utilizando símbolos, mensagens e cores distribuídos convenientemente no interior da edificação, de forma a permitir a correta orientação, salvamento, identificação de equipamentos de combate a incêndio e sinalização de proibição e alerta. O memorial estabelece critérios específicos quanto à altura de instalação,



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

distanciamento, visibilidade, efeito fotoluminescente e posicionamento da sinalização, os quais deverão ser integralmente observados pela contratada.

A sinalização de orientação e salvamento deverá assinalar todas as mudanças de direção, saídas, escadas e rotas de fuga, observando-se os símbolos e aplicações previstos no memorial. A sinalização de equipamentos de combate a incêndio deverá ser instalada imediatamente acima dos equipamentos correspondentes, e, quando necessário, complementada com sinalização de piso ou repetição em locais de maior visibilidade. Os formatos, dimensões e cores das placas deverão seguir rigorosamente os padrões definidos na Norma Técnica 14.

Todos os materiais, dispositivos e elementos de sinalização, iluminação e combate a incêndio deverão apresentar resistência mecânica, acabamento adequado, correta fixação e conformidade com as normas técnicas aplicáveis, devendo a execução obedecer aos detalhes típicos constantes do memorial e do projeto.

A contratada será integralmente responsável pela execução do sistema de prevenção e combate a incêndio em conformidade com os projetos, memorial descritivo, normas do CBMES, normas da ABNT e determinações da fiscalização, devendo garantir, ao final, a plena funcionalidade dos sistemas implantados e as condições necessárias para futura vistoria e aprovação pelos órgãos competentes.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.6. Os materiais a serem aplicados devem atender aos projetos, memoriais e especificações e ser de primeira qualidade, livres de defeitos. Devem observar as normas aplicáveis da ABNT (p.ex.: NBR 15575 – desempenho; NBR 9050 – acessibilidade; NBR 5410 – instalações elétricas; NBR 5626 – instalações de água fria), além das exigências dos órgãos locais competentes. As soluções arquitetônicas e de infraestrutura devem seguir as diretrizes da SEDU-ES para edificações escolares, quando aplicáveis.

5.7. Substituição de materiais, componentes ou sistemas especificados dependerá de justificativa técnica e autorização prévia da fiscalização/gestão da obra, sem redução de desempenho, segurança, durabilidade, acessibilidade ou manutenção, e sem acréscimo de custo quando houver equivalente.

5.8. Os critérios, tipos de materiais e serviços a serem executados, bem como as normas para a execução, serão claramente especificados nos memoriais descritivos e nos projetos de engenharia, elaborados por profissional habilitado.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.9. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.9.1. O pleito de medição deverá ser solicitado através do e-mail [obras@santaleopoldina.es.gov](mailto:obras@santaleopoldina.es.gov) ou como encaminhamento pelo E-Docs para: PMSL - SEMOB - SEMOB - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

5.9.2. Após a solicitação, a medição deverá ser analisada e aprovada pelo fiscal do contrato.

5.9.3. A liberação de pagamento à contratada ocorrerá somente em relação aos serviços efetivamente executados, medidos e aprovados, conforme o Cronograma Físico-Financeiro.

5.9.4. Considerando que o objeto da presente contratação consiste na construção da nova sede do CEMEI São Judas Tadeu, os repasses financeiros observarão a seguinte distribuição:

a) **1ª parcela:** 60% (sessenta por cento) do valor total aprovado;

b) **2ª parcela:** 30% (trinta por cento) do valor total aprovado;



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

c) **3ª parcela:** 10% (dez por cento) do valor total aprovado.

- 5.9.5. A liberação da 2ª parcela ficará condicionada à aprovação da prestação de contas parcial e à comprovação de execução de, no mínimo, 12% (doze por cento) do valor total da obra.
- 5.9.6. A liberação da 3ª parcela ficará condicionada à aprovação da prestação de contas parcial e à avaliação, pelo órgão competente, da necessidade de seu pagamento durante a execução do Plano de Aplicação.
- 5.9.7. A contratada deverá considerar, para fins de dimensionamento da proposta, que a execução financeira da obra estará vinculada ao cronograma de repasses e ao atendimento das condicionantes estabelecidas para liberação das parcelas subsequentes.

### **Especificação da garantia do objeto (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.10. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

5.11. A empresa deverá atender as solicitações para conserto, corrigir defeitos apresentados ou efetuar substituições, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos dentro do período de garantia.

5.12. Caso o reparo não possa ser concluído, o material, obra ou serviço defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em perfeitas condições de utilização.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.13. A contratada dará suporte documental para a prestação de contas do Município (planilhas finais, notas fiscais, medições, laudos, relatórios fotográficos), nos formatos e prazos estabelecidos pelo programa.

5.14. A Administração garantirá acesso para vistorias de órgãos estaduais (p.ex., SEDU/CBMES) quando requisitadas.

5.15. Entrega e aceite final de as built, manuais, laudos, ART/RRT e AVCB (quando exigido);

5.16. Baixa das ARTs/RRTs;

5.17. Encerrar o canteiro com **RETIRADA TOTAL DE RESÍDUOS**, tapumes e estruturas temporárias; recomposição de passeios/calçadas, sarjetas e áreas verdes.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.17. Deverá ainda observar os seguintes normativos:

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

Lei Estadual nº 10.787/2017 e suas alterações, que institui o FUNPAES.

Decreto Estadual nº 4.907-R/2021, que regulamenta o FUNPAES.

Decreto Estadual nº 2.971-R/2012, no que se refere à formação e validação da planilha orçamentária da obra.

Resolução do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES nº 329/2019, no que se refere à planilha orçamentária, composição de custos, memória de cálculo, mapa de cotação e demais elementos de precificação.

Normas técnicas da ABNT aplicáveis ao objeto, inclusive as relativas a projeto, execução, desempenho, instalações, acessibilidade, segurança e qualidade dos materiais e serviços.

ABNT NBR 9050, referente à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, no que se refere à gestão dos resíduos da construção civil.

Normas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo aplicáveis ao projeto e à execução do sistema de prevenção e combate a incêndio.

Normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à execução de obras de construção civil.

Projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos aprovados para a contratação.

### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, autorização de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da obra, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 7.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.1.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme *art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021*.
- 7.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

- 7.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.1.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.15. Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento da obra contratada.
- 7.1.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade da obra, após seu recebimento.
- 7.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 7.1.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.1.19. Previamente à expedição da Autorização de Fornecimento/Execução, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 7.1.20. Receber provisória e definitivamente o objeto, após verificação de conformidade com os projetos, planilha orçamentária, especificações técnicas e demais documentos contratuais.

### **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra para representá-lo na execução do contrato;
- 8.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os itens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

- 
- 8.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização da obra no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 8.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade nos sites oficiais, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos.
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT
- 8.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da obra e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

- 8.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).
- 8.1.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 8.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 8.1.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 8.1.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 8.1.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução da obra.
- 8.1.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 8.1.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 8.1.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 8.1.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 8.1.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 8.1.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a serem danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 8.1.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 8.1.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 8.1.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

- 8.1.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 8.1.37. Apresentar, quando solicitado, ART, RRT, laudos, certificados, notas fiscais, relatórios fotográficos, diário de obra, memórias de cálculo de medição e demais documentos necessários à fiscalização e à prestação de contas;
- 8.1.38. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.

### **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

9.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento seguirá **NORMA DE PROCEDIMENTO INTERNO SEMOB/PMSL - Nº 001/2025** que estabelece procedimentos padronizados para solicitação, conferência, aprovação e pagamento das medições mensais referentes a obras públicas contratadas pelo Município de Santa Leopoldina.

9.2. O pedido de medição deverá ser formalizado pela CONTRATADA, por processo virtual, realizado no SISTEMA E-DOCS, direcionado à Secretaria Municipal de Obras; ou mediante apresentação da documentação ao Setor de Protocolo do município que fará autuação do processo com direcionamento à SEMOB.

9.3. O processo de solicitação de medição deverá conter minimamente os seguintes documentos assinados pelo responsável técnico:

- Ofício de solicitação de pagamento de medição, informando nº do Contrato, nº da medição, período de apuração e valor de medição.
- Boletim de Medição;
- Memória de Cálculo da medição;
- Relatório Fotográfico dos serviços executados no período;
- Diário de Obra;
- Documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, no período de execução do serviço.

9.4. Nas aferições somente serão computados os serviços efetivamente realizados após a aferição antecedente.

9.5. O prazo para a fiscalização do MUNICÍPIO se manifestar sobre a aprovação e liberação da medição apresentada será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do protocolo.

9.6. Após aprovação do fiscal, a medição será encaminhada pelo Gestor de Contrato para Secretaria de Finanças para solicitação da nota fiscal e a documentação completa que comprove cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação, como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, quais sejam.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

### **Do recebimento**

9.7. Ao final de cada etapa da execução contratual, o CONTRATADO apresentará a medição prévia dos itens executados no período, por meio de planilha, memória de cálculo detalhada e relatório fotográfico, conforme itens 9.3 deste Termo de Referência.

9.7.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os itens previstos para aquele Evento, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

9.8. O recebimento provisório da obra será efetuado pelo fiscal do contrato no momento da última medição.

9.8.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da execução da obra a que se referem à parcela a ser paga.

9.8.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.8.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos itens realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.8.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.8.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição da obra até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.8.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição da obra até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

9.8.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.10. A obra será recebida definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, pelo fiscal ou gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

- 9.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 9.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 9.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 9.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 9.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 9.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

- 9.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 9.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 9.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.18. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

9.19. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.23. A empresa contratada deverá indicar na nota fiscal, o valor de retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, da retenção da contribuição previdenciária e o valor do Imposto de Renda, conforme o Decreto Municipal nº 392/2023 de 28 de julho de 2023.

### **Prazo de pagamento**

9.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa na contabilidade do Município, e de acordo com a Ordem Cronológica de Pagamentos.

### **Forma de pagamento**

9.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

9.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10.2. O modo de disputa adotado será aberto, permitindo a apresentação de lances sucessivos pelos licitantes, na forma prevista no edital e na legislação aplicável, buscando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

### **Regime de execução**

10.3. O regime de execução do contrato será a contratação **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

10.4. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, a aceitabilidade das propostas será aferida, primordialmente, com base no valor global estimado para a contratação, sem prejuízo da análise dos preços unitários, sempre que necessária para verificação de exequibilidade, compatibilidade com os preços referenciais, identificação de sobrepreço ou prevenção de jogo de planilha.

10.4.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, a planilha orçamentária com o valor global da proposta, os quantitativos e os preços unitários de todos os itens relevantes, conforme modelo disponibilizado pela Administração, para fins de verificação da compatibilidade da proposta com o orçamento estimado e de análise de exequibilidade, na forma da legislação aplicável.

### **Exigências de habilitação**

10.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- 10.5.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.5.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.5.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.5.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 10.5.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.5.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.5.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.5.8. **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento do País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

10.5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

10.5.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.5.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.5.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.5.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.5.15. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

10.5.16. Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

10.5.17. Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

10.5.18. Comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante, visando auferir sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais deste certame. Deve ser realizada de forma objetiva pela licitante, através da devida indicação dos índices e coeficientes econômicos dos seguintes itens:

10.5.19. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

10.5.20. Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;

10.5.21. Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

10.5.21.1. Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

10.5.21.2. As empresas desobrigadas a adotar a ECD - Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

10.5.21.3. Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital, Demonstração de Resultado do Exercício e as Notas Explicativas.

10.5.22. Para efeito da avaliação da capacidade econômico-financeira do Licitante, conforme do art. 69, da Lei nº 14.133/2021, ficam estabelecidos 03 (três) níveis de classificação definidos por pontos, decorrentes dos indicadores de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), referente ao último exercício e calculados na forma estabelecida nas Instruções para Cálculo dos Indicadores Econômicos, como segue:

### **Liquidez Geral > 1,00**

$$LG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + PNC)}$$

Onde:

LG: Liquidez Geral;

AC - Ativo Circulante; RLP –

Realizável a Longo Prazo;

PC - Passivo Circulante; PNC –

Passivo Não Circulante;

### **Solvência Geral > 1,00**

$$SG = \frac{\text{Aditivo Total}}{PC + PNC}$$

Onde:



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

SG - Solvência Geral;

PC - Passivo Circulante;

PNC - Passivo Não Circulante;

**Liquidez Corrente: > 1,00**

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

LC - Liquidez Corrente;

AC - Ativo Circulante;

PC - Passivo Circulante;

10.5.23. Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos ACIMA, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma do §4º do artigo 69, da Lei 14.133/2021, como exigência imprescindível para sua habilitação;

10.5.24. A comprovação de patrimônio líquido será de no mínimo **R\$ 158.547,09** (cento e cinquenta e oito mil quinhentos e quarenta e sete reais e nove centavos), correspondente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme determina o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta por meio de índices oficiais.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.6. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

#### **10.7. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL;**

10.7.1. Registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região da sede da empresa (art. 67, V, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.7.2. Comprovação de que o licitante executou, sem restrição, serviço/obra correspondente às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo indicadas neste Termo de Referência, observados os quantitativos mínimos definidos.

10.7.3. A comprovação da capacidade técnico-operacional será feita por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução das parcelas de maior relevância técnica e/ou valor significativo indicadas neste Termo de Referência.

10.7.4. Será admitida, quando aplicável, a apresentação de **Certidão de Acervo Operacional — CAO**, ou documento equivalente emitido pelo conselho profissional competente, desde que o documento permita identificar a execução dos serviços pela empresa licitante, os quantitativos executados, o período de execução, o contratante e o responsável técnico vinculado à execução.



## Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

- 10.7.5. Os atestados deverão ser firmados por representante do contratante, pessoa jurídica de direito público ou privado, responsável pela contratação anterior, devendo conter elementos suficientes para comprovar a execução dos serviços pela empresa licitante.
- 10.7.6. Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica e/ou na CAO, quando apresentada, os seguintes dados:
- 10.7.6.1. Nome do contratante e do contratado;
  - 10.7.6.2. Data de início e término dos serviços;
  - 10.7.6.3. Local de execução da obra ou serviço;
  - 10.7.6.4. Características dos serviços executados;
  - 10.7.6.5. Quantitativos executados, com identificação das parcelas exigidas neste Termo de Referência;
  - 10.7.6.6. Informação quanto ao bom desempenho dos serviços executados.
- 10.7.7. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo a Administração solicitar, quando necessário, cópia do contrato, nota fiscal, boletim de medição, planilha contratual, endereço da contratante, local de execução dos serviços, registros fotográficos, ART, RRT, CAO ou outros documentos aptos à verificação da experiência declarada.
- 10.7.8. As parcelas exigidas para comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, consideradas de maior relevância técnica e valor significativo, são:

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL DA PLANILHA	4% DO VALOR DA PLANILHA	VALOR DO ITEM	QUANT, MINIMA (50%)
1	Fôrma em chapa de madeira compensada plastificada 12mm para estrutura em geral, 5 reaproveitamentos, reforçada com sarrafos de madeira 2.5x10cm (incl material, corte, montagem, escoras em eucalipto e desforma).	R\$ 462.571,88	R\$ 63.418,84	R\$ 83.790,81	288,05 m²
2	Alvenaria de vedação com blocos de concreto 9x19x39cm, c/ resistência mínimo a compressão de 3 MPa, assentados c/ argamassa de cimento, cal hidratada CH1 e areia no traço 1:0,5:8, preparo com betoneira, esp. juntas 10mm e esp. da parede s/ revestimento 9cm.			R\$ 79.511,07	396,74 m²
3	Muro de alvenaria de blocos cerâmicos 10x20x20cm, c/ pilares a cada 2 m, esp. 10cm e h=2.5m, revestido com chapisco, reboco e pintura acrílica a 2 demãos, incl. pilares, cintas e sapatas, empregando arg. Cimento cal e areia.			R\$ 238.391,93	88 m



## Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

4	Piso de cimentado camurçado executado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, esp. 3.0cm.			R\$ 98.568,76	360 m²
5	Reboco tipo paulista de argamassa de cimento, cal hidratada CH1 e areia média ou grossa lavada no traço 1:0.5:6, espessura 25 mm.			R\$ 139.588,45	793,49 m²

10.7.9. Será admitido o somatório de atestados, seja para comprovação da experiência anterior do licitante na execução de todos os serviços discriminados, seja para o atendimento do quantitativo mínimo especificado para cada um deles, caso em que o licitante apresentará tabela contendo: a descrição sucinta da experiência anterior em comprovação, explicitação do somatório de quantidades e a indicação dos atestados correspondentes.

### 10.8. CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL.

10.8.1. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo — CAU, detentor de, no mínimo, **1 (um) Atestado de Responsabilidade Técnica ou Certidão de Acervo Técnico — CAT**, por execução das parcelas de maior relevância técnica indicadas neste Termo de Referência.

10.8.2. Deverão constar no(s) atestado(s) de capacidade técnica ou CAT os seguintes dados: nome do contratante e do contratado, data de início e término dos serviços, local de execução, características dos serviços executados, quantitativos executados, identificação das parcelas exigidas neste Termo de Referência e informação quanto ao bom desempenho dos serviços.

10.8.3. Havendo exigência legal, os atestados deverão estar acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, Registro de Responsabilidade Técnica — RRT ou documento emitido pelo conselho profissional competente, de forma a comprovar a responsabilidade técnica do profissional indicado.

10.8.4. As parcelas exigidas para comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante, consideradas de maior relevância técnica e valor significativo, são as constantes da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Fôrma em chapa de madeira compensada plastificada 12mm para estrutura em geral, 5 reaproveitamentos, reforçada com sarrafos de madeira 2.5x10cm (incl material, corte, montagem, escoras em eucalipto e desforma).
2	Alvenaria de vedação com blocos de concreto 9x19x39cm, c/ resistência mínimo a compressão de 3 MPa, assentados c/ argamassa de cimento, cal hidratada CH1 e areia no traço 1:0,5:8, preparo com betoneira, esp. juntas 10mm e esp. da parede s/ revestimento 9cm.
3	Muro de alvenaria de blocos cerâmicos 10x20x20cm, c/ pilares a cada 2 m, esp. 10cm e h=2.5m, revestido com chapisco, reboco e pintura acrílica a 2 demãos, incl. pilares, cintas e sapatas, empregando arg. Cimento cal e areia.
4	Piso de cimentado camurçado executado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, esp. 3.0cm.
5	Reboco tipo paulista de argamassa de cimento, cal hidratada CH1 e areia média ou grossa lavada no traço 1:0.5:6, espessura 25 mm.



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

- 10.8.5. Os profissionais indicados pelo Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente.

Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da Sede ou Filial do Licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
- c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
- d) Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício

Profissional contratado: Contrato de prestação de serviço ou Declaração de prestação de serviço futuro. O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

- 10.8.6. O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição somente por profissional que comprove experiência na execução da mesma parcela técnica exigida neste Termo de Referência, desde que previamente aprovado pelo gestor do contrato e ratificado pela autoridade competente.

- 10.8.7. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do responsável técnico, podendo o licitante indicar mais de um responsável técnico para comprovar a execução das parcelas exigidas neste Termo de Referência.

- 10.8.8. No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico **TODAS SERÃO INABILITADAS.**

### **Justificativa técnica para as exigências de habilitação**

- 10.9. Justificam-se as exigências de habilitação dispostas nos itens anteriores pelas seguintes razões:

- 10.9.1. Como o exercício das atividades objeto do presente termo de referência é inerente às profissões fiscalizadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, exige-se o registro, tanto da empresa quanto do profissional, no citado conselho.

- 10.9.2. Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou objeto similar ao licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento,



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

10.9.3. Tendo em vista o ônus que uma obra mal executada pode causar ao erário e à sociedade, é preciso aferir se o licitante dispõe dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo através da comprovação de experiência em serviços semelhantes aos que serão prestados.

10.9.4. No caso do responsável técnico, a justificativa é semelhante, pois a qualificação técnica tem a finalidade de aferir se o mesmo possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso a empresa seja vencedora do certame.

10.10. **Justificativa técnica para exigência dos Itens de Maior Relevância:** A comprovação da capacidade técnico-operacional deve considerar as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto licitado, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme art. 67, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021. No caso em tela, foram considerados serviços de maior relevância aqueles que individualmente representam 4% ou mais do valor global (valor significativo).

10.11. **Justificativa técnica para exigência dos Quantitativos Mínimos:** Os quantitativos mínimos exigidos foram fixados em **50% (quarenta por cento)** dos quantitativos previstos na planilha orçamentária, em observância ao art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

10.12. Tal percentual mostra-se proporcional e suficiente para demonstrar que a licitante possui experiência anterior compatível com a execução de parcela relevante do objeto, sem impor restrição excessiva à competitividade do certame, resguardando, ao mesmo tempo, a Administração quanto à capacidade operacional da futura contratada.

10.13. **Justificativa técnica para exigência de itens de Relevância Técnica:** No presente caso, entende-se que os itens já selecionados na tabela acima, com base na relevância econômica, também abrangem de forma satisfatória as parcelas de maior relevância técnica da obra, não se mostrando necessária, neste momento, a inclusão de item adicional exclusivamente por relevância técnica.

### **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação de **R\$ 1.585.470,90** (um milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e setenta reais e noventa centavos), limite máximo aceitável para contratação, orçado com base nos sistemas de custos federais e estaduais oficiais, bem como em pesquisas complementares.

11.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

### **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 009000 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 009004 – Gestão dos Recursos do FUNPAES

Projeto/Atividade: 1.191 – Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil - FUNPAES



## *Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

Elemento de despesa: 44905100000 – Obras e Instalações

Ficha 365

Fonte de Recursos:

2599000000007 – RECURSOS DO FUNPAES – Reforma e Ampliação do CMEI São Judas Tadeu

1599000000007 – RECURSOS DO FUNPAES – Reforma e Ampliação do CMEI São Judas Tadeu

Fonte de Recursos:

150000250000 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – MDE

250000250000 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – MDE

### **13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. O licitante ou contratado que cometer infração administrativa ficará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, na minuta contratual e demais normas aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Poderão ser aplicadas, conforme a natureza e a gravidade da infração, advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observados os arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A aplicação de sanções não exclui a obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração, nem afasta a possibilidade de rescisão contratual, glosa de valores, execução da garantia ou adoção de outras medidas administrativas cabíveis.

13.4. As multas, quando aplicadas, observarão os percentuais, hipóteses e procedimentos previstos no edital e na minuta contratual.

### **14. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

14.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos decretos municipais aplicáveis, no edital, no contrato e nos demais documentos que integram o processo.

14.2. A participação na licitação implica aceitação integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na minuta contratual, nos projetos, na planilha orçamentária e nos demais anexos do processo.

Santa Leopoldina-ES, 28 de maio de 2026.

Eduardo Ribeiro Melim  
Coordenador de Gestão de Contratos

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**EDUARDO RIBEIRO MELIM**  
COORDENADOR DE GESTÃO DE CONTRATOS – CPC - 01  
COGEC - SEMOB - PMSL  
assinado em 28/05/2026 11:42:25 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 28/05/2026 11:42:25 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por EDUARDO RIBEIRO MELIM (COORDENADOR DE GESTÃO DE CONTRATOS – CPC - 01 - COGEC - SEMOB - PMSL)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-7WG4F7>